

S  
UFRJ/IEI  
TD227

034065-0

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

1.7



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 227

UMA TENTATIVA DE DECOMPOSIÇÃO DA  
DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DO  
COEFICIENTE DE GINI

José B.B. de Figueiredo

Dezembro de 1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



UMA TENTATIVA DE DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL  
ATRAVÉS DO COEFICIENTE DE GINI

José B.B. de Figueiredo  
Dezembro de 1989



43 - 016596

## INTRODUÇÃO

Uma das estatísticas tradicionalmente utilizadas para medir a desigualdade social apoia-se em estimativas de renda, estabelecidas com base em questionários dirigidos à indivíduos. Apesar das imperfeições quanto a precisão e/ou representatividade destas estimativas, a renda tem a vantagem de ser um indicador geral e sintético das condições de vida do indivíduo ou da família e permite evitar problemas (1) ligados ao uso de indicadores específicos, referentes às necessidades básicas da população.

Neste trabalho, de caráter exploratório, procurou-se analisar empiricamente a questão da desigualdade social através da distribuição da renda pessoal e sua decomposição, segundo fatores estruturais de ordem demográfica e econômica(2). Desejava-se com isto verificar o interesse que tal análise poderia ter para o entendimento desta questão bem como para a definição de ações corretivas do excessivo grau de concentração de renda existente na sociedade brasileira.

O texto a seguir trata inicialmente do método aplicado e do processamento dos dados utilizados, e numa segunda parte interpreta os principais resultados obtidos.

UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 20 04 / 90.
N.º Registro: 034065-0

3

UFRJ/IEI

TD 227

ms 88450

### FICHA CATALOGRÁFICA

Figueiredo, José B.B. de

Uma tentativa de decomposição da desigualdade social através do coeficiente de GINI/José B.B. de Figueiredo. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI;1989.

32p.; 21cm. — (Texto para Discussão/IEI/UFRJ; n. 227).

1. Desigualdade social - Métodos estatísticos.
2. Distribuição de renda. I. Título. II. Série.

## I. METODO E DADOS

### I.1 - O Coeficiente de GINI

Entre os vários coeficientes que medem a desigualdade (social), o GINI coloca-se como um indicador amplamente utilizado e que ademais se presta matematicamente a uma decomposição em diferentes componentes, o que atende ao objetivo do presente trabalho. Sem entrar nos detalhes técnicos (3) deste processo, convem definir o que significa e o que se pretende com o GINI e sua decomposição.

O padrão de distribuição da renda (pessoal) numa população pode ser entendido como o resultado da combinação de uma série de fatores (estruturais) determinantes do nível e distribuição dos rendimentos dos indivíduos. O coeficiente de GINI é uma representação numérica (escalar) deste padrão, obtida a partir da soma (ponderada) de todas as diferenças de renda entre indivíduos ou grupo de indivíduos. Neste segundo caso, esta soma pode ser decomposta ou dividida em dois componentes. Um primeiro que reúne as diferenças de renda entre indivíduos de um mesmo grupo, e um segundo que reúne as diferenças de renda entre indivíduos de grupos distintos. O GINI do primeiro tipo mede o que chamaremos de desigualdade INTRA-grupo e o segundo tipo, de desigualdade INTER-grupo. Esta decomposição pode ser expressa em termos aritméticos como a soma de duas partes:

$$G = G_a + G_e$$

onde, G representa a desigualdade geral ou total,  $G_a$  a parcela de desigualdade devida as diferenças de renda entre pessoas de um mesmo

grupo (INTRA), e  $G_e$  a da desigualdade devida as diferenças de renda entre pessoas de grupos distintos (INTER).

Por exemplo, assumindo que numa população o fator idade seja determinante para explicar a variância total dos rendimentos, categoriza-se esta população segundo grupos de idade e verifica-se então através do GINI o quanto da desigualdade é explicada por cada grupo de trabalhadores de mesma idade (INTRA), e o quanto deve-se ao fato dos trabalhadores pertencerem a faixas etárias diferentes (INTER) e estarem consequentemente participando de distintos mercados de trabalho.

Para cada fator seleccionado ter-se-á três tipos de coeficientes de GINI. Aquele que indica a desigualdade dentro de cada grupo definido por um fator (por exemplo, cada grupo etário definido pelo fator idade), outro que mede a desigualdade proveniente do conjunto das diferenças internas dos grupos, e por último o que mede a desigualdade resultante das diferenças entre grupos. Em termos da interpretação, o primeiro é o indicador do nível de desigualdade dentro de cada grupo, separadamente. Haverá neste caso quantos valores (diferentes) de GINI quanto há grupos. Estes valores, além de uma avaliação da desigualdade inerente a cada grupo, permitem comparar a concentração de renda entre os grupos e/ou entre cada grupo e o conjunto da população ou o nível geral de desigualdade (G).

O segundo, que representa uma média ponderada do primeiro, fornece uma avaliação da importância das variâncias internas (INTRA) dos grupos na variância ou desigualdade geral. Em outras palavras, ele indica o quanto estas desigualdades internas ( $G_a$ ) contribuem para o nível geral da desigualdade. Complementarmente, o terceiro indicador ( $G_e$ ) representa as diferenças entre grupos, ou seja, o quanto da desigualdade geral deve-se às diferenças de remuneração entre indivíduos de grupos distintos (INTER). Um valor deste indicador relativamente elevado ( $G_e > G_a$ ) significa que são

predominantes as diferenças (de renda) entre grupos e que estas são a principal fonte de desigualdade ou, por extensão, de eventuais "tensões" sociais nesta população.

## 1.2 Definição do Campo e das Categorias de Análise.

O presente exercício limitou o campo da análise sob dois aspectos. Do ponto de vista temporal e espacial selecionando, por questões de ordem operacional, um único ano (1987) e uma única Unidade da Federação (Rio de Janeiro)<sup>1</sup>. Do ponto de vista da análise social, retendo fatores de natureza diversa mas estreitamente ligados ao mercado de trabalho. A inclusão de fatores tanto demográficos quanto econômicos reflete a preocupação em considerar a multi-dimensionalidade da questão da desigualdade social. A limitação "institucional", representada pelo mercado de trabalho, visou manter uma certa especificidade dos resultados, os quais estão unicamente baseados em rendas de trabalhadores.

A unidade de análise escolhida para constituir o universo de observações da pesquisa foi o indivíduo que declarou nos questionários da PNAD estar exercendo pelo menos uma ocupação remunerada, seja em dinheiro ou em mercadorias: em seu conjunto estas pessoas constituem a população ocupada com rendimento<sup>2</sup>. Apesar de reconhecer que a família é em muitos aspectos a unidade de observação que melhor reporta o nível de vida do indivíduo e portanto o padrão de distribuição mais relevante, optou-se por trabalhar com a renda em nível pessoal uma vez que vários fatores,

<sup>1</sup> Todos os dados utilizados neste trabalho provêm de tabulações especiais da PNAD 1987, RJ, processadas pelo analista J.A. Raupp.

<sup>2</sup> Por conveniência, os termos "renda, rendimentos, remuneração" foram utilizados indiferentemente neste texto, se referindo sempre aos rendimentos do trabalho.

principalmente os demográficos, se referem mais tipicamente à indivíduos do que à famílias.

Do ponto de vista demográfico, a população foi dividida segundo os seguintes tres fatores:

- sexo , visando verificar em que medida existe um mercado de trabalho da mulher que contribui diferentemente, ou distingue-se do resto do mercado, na definição de um nível e padrão da distribuição da renda;
- idade, para representar tanto a estrutura etária da população como os estágios do ciclo da vida ativa, que permitirão segmentar o mercado de trabalho em função, por exemplo, das diferenças de motivações, dos diferentes graus de competição e níveis de remuneração. Para tanto, foram retidos quatro grupos : o de jovens ou "inexperientes" trabalhadores (10 a 19 anos de idade) que entram pela primeira vez no mercado de trabalho, frequentemente, no caso dos menores de 14 anos, movidos pela necessidade de complementar a renda familiar; um segundo grupo , de pessoas entre 20 e 39 anos, que se caracterizaria por ser um segmento da força de trabalho que, ao firmar-se e especializar-se numa atividade, apresenta elevado grau de competição interna e forte aceleração da produtividade. Um terceiro, que representaria um período de consolidação e finalização da vida ativa (40 a 59 anos) e um último grupo (+ de 60 anos), caracterizado por uma oferta limitada em função das aposentadorias, e heterogêneo em função da mudança e pluralidade das motivações dos trabalhadores idosos (tais como, complementação de aposentadoria, prolongamento da vida ativa, etc.) e da discriminação decorrente do desgaste físico inerente a cada tipo de ocupação (braçal vs. intelectual, por exemplo);
- localização, como fator representativo do efeito sobre a distribuição da renda da alocação especial da mão de obra, do grau de

dispersão do aparelho produtivo ou ainda da composição e/ou do peso relativo de um setor de produção rural/agrícola e outro urbano/industrial.

Quanto aos fatores econômicos foram selecionados quatro:

- ocupação, por ser esta uma categorização "abrangente" e sintética do fator trabalho, que concentra diversos atributos básicos e estáveis do trabalhador (nível de instrução, renda, setor de atividade, etc.) e imprime assim às unidades de análise, o caráter estrutural que se procura privilegiar neste estudo. Entendemos que a pertinência e estabilidade de uma classificação ocupacional depende não só da "qualidade" dos critérios em que foi baseada mas também do nível da desagregação, ou seja, do número geralmente elevado de ocupações que é requerido para se obter categorias diferenciadas entre si e internamente "homogêneas". No entanto, por limitações deste exercício, foram somente mantidos os seguintes oito grupos (3): 1-trabalhadores da agropecuária e extrativa, 2- trabalhadores não-qualificados da indústria e da construção, 3- trabalhadores não-qualificados do comércio e serviços, 4- trabalhadores qualificados da indústria e construção, 5-trabalhadores de escritório, técnicos e professores, 6-trabalhadores qualificados do comércio e serviços, 7-proprietários e administradores, 8-técnicos e profissionais de níveis médio e superior.

- posição na ocupação, outro fator estrutural, que distingue essencialmente assalariados de não-assalariados, ou seja, formas distintas de remuneração relacionadas à formas distintas da relação do trabalho com a produção. Este fator foi representado por quatro grupos: 1- assalariado/empregado, 2-trabalhador agrícola, 3-autônomo, 4-empregador.

Finalmente, dois fatores complementares e mais específicos, que são uma "proxy" para poder identificar e verificar a relevância, do ponto de

vista distributivo, em separar o mercado de trabalho nos segmentos formal e informal:

- Previdência Social, ou seja, se o trabalhador contribui (ou não) para o INPS e está portanto num espaço diferenciado e protegido do mercado;

- Carteira de trabalho assinada (ou não), para separar o subconjunto de trabalhadores que tem este direito trabalhista respeitado e como tal constitui-se num segmento igualmente protegido do mercado.

Embora estes fatores não esgotem o elenco de fatores que seria de interesse incluir nesta análise, entendemos que estes constituem no entanto uma lista mínima, de fatores "obrigatórios" ou tradicionais nos estudos sobre o tema.

## II - APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Uma descrição das principais características da população ocupada no Estado, em 1987, constitui a primeira parte desta seção. A segunda parte está voltada para uma interpretação dos valores assumidos pelos coeficientes de GINI, ou seja, da desigualdade segundo as distribuições de renda em cada grupo e segundo suas componentes (inter e intra).

### II.1 - Características Principais do Mercado de Trabalho.

Esta seção tem por finalidade apresentar as principais estruturas do mercado de trabalho indicando, notadamente, o peso dos diferentes grupos de trabalhadores e seus níveis de remuneração (média)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para completar esta descrição podem ser consultadas as Tabelas em Anexo. Estas contêm cruzamentos entre os grupos de ocupados e indicam a frequência, a remuneração média e o coeficiente de variação deste grupos.

O mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro tinha em 1987, 5.488 mil pessoas ocupadas (com rendimento)<sup>4</sup>, com uma remuneração mensal média (per capita) de 4.105 salários mínimos<sup>5</sup>. A Tabela 1.1, que reúne as características demográficas desta população, mostra se tratar de:

- um mercado essencialmente urbano, onde a mulher, apesar de discriminada na sua remuneração, tem uma posição importante ocupando 1 em cada 3 empregos;

TABELA 1.1 POPULAÇÃO OCUPADA COM RENDIMENTO - RJ - 1987

GRUPOS DEMOGRAFICOS	DISTRIBUIÇÃO %	REND. MEDIO mult.sal.min.
LOCALIZAÇÃO:	100	4.105
- URBANA	92	4.287
- RURAL	8	1.887
SEXO:	100	4.105
- HOMENS	64	4.904
- MULHERES	36	2.714
GRUPOS DE IDADE:	100	4.105
- 10 A 19 ANOS	11	1.018
- 20 A 39 ANOS	57	3.865
- 40 A 59 ANOS	31	5.598
- 60 E MAIS	1	4.135

fonte: Tabulações especiais da PNAD 1987.

- um mercado de jovens, onde mais de um em cada dez ocupados tem menos de 20 anos e mais de dois terços menos de 40 anos (contra um em cada cem que é idoso), sendo que estes "jovens" são também os mais desfavorecidos uma vez que até aos 39 anos de idade recebem uma remuneração inferior a média no Estado.

<sup>4</sup> A proporção de não remunerados equivale a 1% da população ocupada.  
<sup>5</sup> O valor do salário mínimo (piso salarial) é de crz 2400.

Em termos dos fatores econômicos (ver Tabela 1.2), as características principais deste mercado são:

- um equilíbrio entre o número de ocupados ligados aos setores secundário e terciário;

- uma maioria (cerca de 57 %) de trabalhadores qualificados ou com nível médio ou superior de instrução;

TABELA 1.2 POPULAÇÃO OCUPADA COM RENDIMENTO - RJ - 1987

GRUPOS ECONOMICOS	DISTRIBUIÇÃO %	REND. MEDIO mult.sal.min.
OCUPAÇÃO:	100	4.105
1- TRAB. da AGROPECUARIA e EXTRATIVA	3	1.243
2- TRAB. N-QUALIF. da IND. e CONSTR.	17	1.131
3- TRAB. N-QUALIF. do COM. e SERVIÇOS	24	2.366
4- TRAB. QUALIF. da IND. e CONSTRUÇÃO	20	2.712
5- TRAB. de ESCRITORIO, TECNICOS, PROF.	16	4.489
6- TRAB. QUALIF. do COM. e SERVIÇOS	7	5.365
7- PROPRIETARIOS e ADMINISTRADORES	9	11.316
8- TECN. e PROFISS. de NIVEL MEDIO e SUP.	5	14.334
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:	100	4.105
- EMPREGADO	77	3.995
- TRAB. AGRICOLA	0	1.004
- AUTONOMO	19	2.856
- EMPREGADOR	4	12.105
CARTEIRA DE TRABALHO:	100	4.105
- ASSINADA	50	4.493
- s/CARTEIRA	50	3.719
PREVIDENCIA SOCIAL:	100	4.105
- CONTRIBUI INPS	65	5.256
- NÃO CONTRIBUI	35	1.976

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 1987, RJ.

- uma maioria de trabalhadores em regime de salário, que se dispersam entre todos os tipos de ocupação (5), enquanto os autônomos se

concentram nas ocupações de status inferior (2,3 e 4) com remuneração igualmente inferior;

- uma faixa de remunerações bastante ampla, que comporta trabalhadores que ganham em média até 12 vezes mais que outro<sup>6</sup>, sendo que os trabalhadores com altos níveis de remuneração, como esperado, pertencem ao grupo dos proprietários/administradores e alguns poucos assalariados e autônomos de nível superior, enquanto as remunerações mais baixas são as dos não-qualificados, nos setores primário e secundário.

Numa tentativa de ter uma avaliação a grosso modo do contingente de trabalhadores do setor informal (ou não-protégido) do mercado, cruzou-se as variáveis "carteira assinada" e "contribuinte INPS" com as de posição na ocupação, obtendo um sub-conjunto composto de assalariados sem carteira assinada e autônomos que não "contribuem". Assim definido, o setor informal comportava, em 1987, cerca de 2,2 milhões de trabalhadores, ou seja, 40 % do mercado. Se fossem retirados da contagem os funcionários públicos<sup>(6)</sup>, que por definição integram o setor formal da economia, este percentual seria de 43%. Vale ressaltar que a remuneração dos "não-protégidos" é significativamente inferior a dos outros, especialmente se utilizado o critério de "contribuinte", quando a remuneração média em um e outro mercado varia de 1.976 a 5.256 salários mínimos.

### 11.2 - Nível e Decomposição da Desigualdade

Nesta seção trata-se inicialmente a questão distributiva comparando a desigualdade (interna) de cada grupo de trabalhadores (Tabelas 2.1 e 2.2, coluna TOTAL). Em seguida, analisa-se o quanto das diferenças de

<sup>6</sup> Vale notar que a classificação de ocupações adotada estabelece uma hierarquia "social" de ocupações, representada por níveis crescentes de remuneração média.

renda podem ser atribuídas às variâncias internas e àquelas entre grupos (respectivamente, as colunas INTRA e INTER das Tabelas 2.1 e 2.2).

#### Desigualdade em cada Grupo

Em relação aos grupos definidos pelos fatores demográficos, um primeiro resultado interessante diz respeito aos trabalhadores segundo o sexo. Os grupos de homens e mulheres apresentam praticamente o mesmo nível de desigualdade (0.57), apesar de como vimos a remuneração (média) e a ocupação destas últimas serem significativamente diferentes das dos homens. Quanto a renda, este resultado pode sugerir que o mercado das mulheres estaria submetido a influência de dois mecanismos paralelos: um, que é comum ao dos homens, e que determina padrões não diferenciados de distribuição ou de remuneração relativa, e outro, que fixa níveis e discrimina entre homens e mulheres, desfavorecendo (uniformemente) estas.

GRUPOS DEMOGRAFICOS	TOTAL	INTER	INTRA
LOCALIZAÇÃO:		0.06378	0.5249
- URBANA	0.5869		
- RURAL	0.4931		
SEXO:		0.2606	0.3281
- HOMENS	0.5761		
- MULHERES	0.5754		
GRUPOS DE IDADE:		0.3462	0.2425
- 10 A 19 ANOS	0.3501		
- 20 A 39 ANOS	0.5339		
- 40 A 59 ANOS	0.6166		
- 60 E MAIS	0.6492		

fonte: Tabulações especiais da PNAD 1987.



Outro ponto de interesse nestes resultados é o do aumento do nível de desigualdade com a idade dos trabalhadores. Com efeito, nota-se que o menor valor de GINI (0.35) é o dos trabalhadores mais jovens (10 a 19 anos), o que implica que é entre eles que a renda é distribuída da forma mais igualitária. Possivelmente, isto decorre das características próprias deste mercado de "entrada", que tradicionalmente combina uma oferta importante de mão de obra, ausência de qualificação profissional e intenso grau de competição entre trabalhadores, o que tende a conter e concentrar as remunerações. No grupo dos trabalhadores de 20 aos 39 anos e, em menor medida, no de 40 a 59 anos, a dispersão da remuneração aumenta significativamente (0.53 e 0.62, respectivamente), indicando provavelmente o maior equilíbrio entre oferta e demanda nestas faixas etárias, uma alocação setorial mais diversificada e uma crescente discriminação do mercado em relação aos diferenciais de produtividade do trabalho. No entanto, em razão das diferenças na composição, dificilmente esta explicação se aplicaria ao último grupo, o de trabalhadores de mais de 60 anos. Provavelmente, a desigualdade neste grupo está mais estreitamente relacionada com a já mencionada "heterogeneidade" do grupo, notadamente, no tocante à motivações (ver página 6).

Com relação aos grupos definidos pelos fatores econômicos cabe ressaltar os seguintes pontos principais. O primeiro seria de que não existem evidências de que a desigualdade em termos de renda seja distinta nos mercados formal e informal, como definidos pelos indicadores de "carteira assinada" e "contribuinte" da Previdência: estes mercados apresentam o mesmo nível (elevado) de desigualdade, conforme atesta o valor do GINI de 0.55

Em menor medida, mas neste mesmo sentido, os trabalhadores categorizados segundo a posição na ocupação (excetuando os agricultores),

tão pouco apresentam GINI's discrepantes. Autônomos e assalariados, que são os contingentes mais significativos neste agrupamento, apresentam uma dispersão semelhante da renda, comprovada pelos valores muito próximos dos respectivos GINI's (0.56 e 0.57). Vale mencionar que esta semelhança entre assalariados e autônomos não se reproduz, por exemplo, em nível das estruturas ocupacionais que, ao contrário, são muito diferentes em cada grupo.

TABELA 2.2 POPULAÇÃO OCUPADA COM RENDIMENTO - RJ - 1987  
COEFICIENTES DE GINI

GRUPOS ECONOMICOS	TOTAL	INTER	INTRA
OCUPAÇÃO:		0.5295	0.0592
- TRAB. da AGROPECUARIA e EXTRATIVA	0.3071		
- TRAB. N-QUALIF. da IND. e CONSTR.	0.3661		
- TRAB. N-QUALIF. do COM. e SERVIÇOS	0.4397		
- TRAB. QUALIF. da IND. e CONSTRUÇÃO	0.3954		
- TRAB. de ESCRITORIO, TECNICOS, PROF.	0.4632		
- TRAB. QUALIF. do COM. e SERVIÇOS	0.5146		
- PROPRIETARIOS e ADMINISTRADORES	0.5535		
- TECN. e PROFISS. de NIVEL MEDIO/SUP.	0.4386		
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:		0.2421	0.3466
- EMPREGADO	0.5753		
- TRAB. AGRICOLA	0.1981		
- AUTONOMO	0.5622		
- EMPREGADOR	0.5032		
CARTEIRA DE TRABALHO:		0.3968	0.1919
- ASSINADA	0.5465		
- s/CARTEIRA	0.6281		
PREVIDENCIA SOCIAL:		0.3331	0.2556
- CONTRIBUI INPS	0.5567		
- NÃO CONTRIBUI	0.5479		

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 1987, RJ.

Finalmente, enquanto ao fator "ocupação", os níveis de desigualdade interna, como seria de se esperar, são baixos, refletindo a relativa homogeneidade (de atributos) de cada grupo ocupacional. Verifica-se no entanto um acréscimo da desigualdade a medida que se avança no sentido das ocupações de maior "status" social: o coeficiente de GINI mais elevado é o referente à PROPRIETARIOS e ADMINISTRADORES e o mais baixo, à TRABALHADORES AGRICOLAS. Cabe ainda notar que, quaisquer que sejam as ocupações, os níveis de desigualdade diferem entre setores de atividade: os trabalhadores da INDÚSTRIA e CONSTRUÇÃO percebem uma renda mais uniformemente distribuída do que a do setor de SERVIÇO e COMÉRCIO.

#### Desigualdade INTRA- e INTER-grupos

Tendo como referência o nível geral de desigualdade<sup>7</sup>, propomos as seguintes principais observações sobre os valores dos coeficientes INTRA e INTER que, como vimos, informam quanto as componentes da desigualdade.

Enfocando inicialmente o fator localização (urbano e rural), verifica-se que os valores dos GINI's INTRA e INTER (Tabela 2.1) são muito diferentes. O valor do GINI, que consta da primeira linha (localização) e da coluna intitulada INTER, indica que é muito reduzida a contribuição das diferenças (de renda) entre grupos. No caso do Rio de Janeiro, este resultado decorre tanto do elevado nível de concentração de renda quanto do forte desequilíbrio (demográfico e econômico) existente entre as populações rural e urbana. Com efeito, tendo em mente que o GINI é calculado a partir de diferenciais (ponderados) de renda, é fácil entender que a contribuição dos diferenciais de renda entre grupos (INTER) não pode ser neste caso uma

<sup>7</sup> O coeficiente de GINI, que representa o nível geral da desigualdade ou a desigualdade para o conjunto da população em estudo, é igual a 0.5887.

parcela importante do nível geral de desigualdade, uma vez que um dos (dois) grupos (rural) é muito reduzido em número de pessoas e renda, e portanto em quantidade possível de diferenciais. A desigualdade geral irá depender quase exclusivamente dos diferenciais internos (INTRA) dos grupos, especial e necessariamente aqueles do grupo mais importante (urbano) em número de ocupados e de renda.

Uma situação oposta ocorre com o fator ocupação (ver Tabela 2.2). Como neste caso os grupos agregam por definição trabalhadores semelhantes (mesma ocupação), seria de se esperar que a "contribuição" das diferenças INTRA-grupo fosse, como o é, reduzida (0.0591). Este resultado indica claramente que segundo este fator, a desigualdade na distribuição da renda releva não das diferenças de renda entre trabalhadores com mesma ocupação mas principalmente da estrutura ou perfil ocupacional da economia, das diferenças "setoriais" de remuneração, da estrutura de produção, etc. Levando esta interpretação mais adiante, deduz-se que no limite, a divisão "internacional" do trabalho e o processo de especialização da produção "local", implicariam (per se) numa redução da desigualdade, ao reduzir o número de ocupações necessárias e/ou, ao concentrar a maioria dos trabalhadores em ocupações "afins". Neste sentido, incentivar uma vocação regional surge como um dos caminhos possíveis de indução de uma maior igualdade social<sup>8</sup>.

Em relação aos fatores que separam o mercado em "formal e informal", ambos (carteira e INPS) apontam as diferenças de renda entre grupos (INTER) como as que mais contribuem para explicar o nível geral de desigualdade. Isto deve-se essencialmente às acentuadas diferenças de remuneração entre os dois mercados, conforme já se pôde verificar pela

<sup>8</sup> Esta observação não significa que estes processos são uma condição necessária e/ou suficiente para um movimento de desconcentração da renda, mas que ao ocorrer estes só podem favorecer tal movimento.

leitura dos valores das remunerações médias de cada grupo (Tabela 1.2) Embora, como vimos anteriormente, estes dois mercados se confundem enquanto a distribuição, eles se distinguem no que tange aos níveis de renda (média).

Numa tentativa de resumir estes resultados (7), procurou-se listar as direções que, com base nesta análise, poderiam servir de referência para programas de ação corretiva da desigualdade social. Estas seriam:

- formalização do mercado de trabalho através do aumento da cobertura dos sistemas de proteção previdenciária e legal;
- redução das diferenças de remuneração entre ocupações da zona urbana em particular, através, por exemplo, de uma alteração ou especialização da estrutura de produção no Estado;
- intervenções de apoio aos trabalhadores que entram no mercado de trabalho ou jovens trabalhadores.

Concluindo, entendemos que este texto sugere que a aplicação deste método à dados de renda pode despertar interesses nos planos analítico e prático. É não obstante necessário estender a pesquisa nos sentidos da ampliação e refinamento dos campos e categorias de análise e do aprofundamento da interpretação de resultados, para que estes possam ser avaliados de forma mais criteriosa e conclusiva e sejam assimilados pelos responsáveis pelo desenho de políticas redistributivas.

## REFERENCIAS

(1) A avaliação da desigualdade através de indicadores setoriais (habitação, alimentação, saúde, etc.) além de, por definição, ser parcial apresenta igualmente problemas de medição bem como outras limitações. No caso de indicadores nutricionais, por exemplo, é sempre controversa e arbitrária a composição de uma cesta básica, a qual sofre também restrições de custo mínimo, o que representa sem dúvida um distanciamento em relação a real prática alimentar das famílias. Ver LUSTOSA, T.Q. e J.B. Figueiredo (1989), "Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados", Texto para Discussão, nº 205, IEI/UFRJ.

(2) Sobre a questão da relação entre população, economia e desenvolvimento, ver:

- JOHNSON D. Gale e Ronald D. Lee (1987), "Population growth and economic development: issues and evidence", Madison, University of Wisconsin Press.

- MORLEY S. (1981), "The effect of changes in the population on several measures of income distribution", American Eco Review, 71(3).

(3) PYATT, G. (1976) "On the interpretation and disaggregation of GINI coefficients", The Economic Journal, 86, UK, June. Este autor propõe uma interpretação probabilística do coeficiente de GINI, que viabiliza sua decomposição em parcelas (três), que somadas igualam o nível geral de desigualdade. A primeira parcela comporta as diferenças de renda entre indivíduos pertencentes a um mesmo grupo (INTRA). Ela é calculada como uma média entre os GINI's de cada grupo, ponderada pelo tamanho e renda de cada grupo. A segunda, reúne as diferenças de renda entre indivíduos de grupos distintos cujas rendas, numa lista ordenada, não se superpõem e são

portanto sempre superiores as rendas dos indivíduos pertencentes aos grupos de renda média inferior. A terceira parcela, complementando a segunda, contém as diferenças de renda entre indivíduos de grupos distintos cujas rendas se superpõem. O cálculo das parcelas dois e três é feito com base nas diferenças entre rendas médias dos diversos grupos e sub-grupos (com e sem superposição).

No caso desta aplicação, as segunda e terceira parcelas foram computadas conjuntamente, por falta de um algoritmo mais preciso, e constituem a parcela da desigualdade denominada INTER no presente texto.

Lembramos que à valores próximos de 1 do coeficiente de GINI correspondem situações de elevada desigualdade ou concentração, enquanto valores próximos de zero indicam uma distribuição que tende a uniformidade ou igualdade.

(4) A classificação de ocupações utilizada neste trabalho foi uma elaboração própria com base nos trabalhos de SILVA N. V., "Posição Social das Ocupações" (1973), IBGE, atualizado para 1980 e publicado pelo LNCC/CNPq (1985). Mais detalhadamente, esta classificação comporta as seguintes ocupações:

- 1- trabalhadores em ocupações da agropecuária e extrativo mineral, animal e vegetal;
- 2 - serventes de pedreiro e outras ocupações não qualificadas da indústria e do artesanato; serviços domésticos e trabalhadores braçais diversos;
- 3 - trabalhadores semi-qualificados do comércio (vendedores, incl. ambulantes, etc.), dos transportes, de comunicações e de serviços não-domésticos (porteiros, cozinheiros, barbeiros, etc.);
- 4 - trabalhadores qualificados da indústria mecânica e metalúrgica, da madeira e de móveis, têxtil e vestuário, alimentação e bebidas e outras indústrias (eletricistas, operadores de máquinas, tipógrafos, pintores, etc.);
- 5 - trabalhadores em ocupações de escritório (datilógrafos, auxiliares, contínuos, etc.), mestres e contramestres na indústria e construção,

trabalhadores em ocupações técnicas (caixas, inspetores, laboratoristas, etc.) e artísticas; professores primários e afins, técnicos auxiliares dos serviços de saúde (enfermeiras não-diplomadas, parteiras, etc.);

6 - trabalhadores em ocupações qualificadas do comércio (praticistas, viajantes, representantes, corretores, etc.), do transporte (aeromoças, condutores, etc.) e comunicações (telegrafista, postalista, etc.), da defesa nacional e segurança pública (oficiais e praças, bombeiros, guardas civis, etc.) e outros mal definidos;

7 - proprietários e administradores de atividades urbanas, proprietários e administradores na agropecuária; comerciantes e hoteleiros;

8 - técnicos e profissionais de nível superior (engenheiros, médicos, advogados, delegados aviadores, professores universitários, etc.) e médio (agentes e oficiais administrativos do serviço público, técnicos de contabilidade, professores do secundário, inspetores, etc.).

(5) A proporção de ocupados com mais de um trabalho é bastante reduzida e estimada em 5.2% do total de ocupados. Não há portanto um risco elevado de distorções devidas ao método de classificação utilizado que se apóia unicamente na ocupação principal do trabalhador.

(6) Os empregados públicos representam 6.8% do mercado de trabalho e 8.8% do total de assalariados no Estado em 1987

(7) Como a questão da dinâmica da distribuição da renda não foi abordada neste texto, foi feito um rápido exercício, apresentado a seguir, que procura medir o efeito do crescimento econômico sobre a distribuição de renda

"Quando em 1981 deu-se o término da fase de crescimento acelerado, iniciado no final da década de sessenta, o agravamento da já precária situação social precipitou o país num processo de crise permanente. O modelo de crescimento com concentração de renda e a não realização das metas sociais expressas nos sucessivos PND's deste período, resultaram num acúmulo de dívida social que o estancamento do desenvolvimento tornou insuportável.

No mesmo período, a evolução demográfica prolongou, de forma mais acentuada que o esperado, as tendências de queda da mortalidade, da

fecundidade e de aumento da urbanização. Concomitantemente, em nível familiar, ocorreu um processo de nuclearização que resultou na constituição de um maior número de famílias (jovens e de tamanho menor), e numa elevação da taxa de participação econômica da família, notadamente através da entrada da mulher no mercado de trabalho.

O conjunto destas tendências foi registrado e analisado em inúmeros artigos e livros sobre distribuição de renda e pobreza no Brasil. Inter alia, constatou-se, para a década de setenta, que graças ao sustentado nível da atividade econômica e apesar da manutenção do elevado grau de desigualdade, se havia reduzido consideravelmente a proporção (e número) dos menos favorecidos (pobres), definida como aquela proporção de famílias cuja renda se situa abaixo de um determinado nível (por exemplo, um salário mínimo arbitrado como crítico ou de subsistência).

Na presente década, por efeito das novas condições de funcionamento da economia e das políticas de ajuste aplicadas, o quadro mudou e passou a combinar uma quasi-estagnação do produto (em termos per capita) com a manutenção de um padrão de distribuição desigual da renda. Como resultado ocorreu, com serio de se esperar, um processo de pauperização que se revelou numa tendência em manter fixa a proporção de famílias pobres, aumentando o seu número.

O presente exercício se propõe avaliar simplesmente qual teria sido esta proporção e este número caso se tivesse prolongado o modelo dos anos setenta, ou seja, caso não tivesse sido interrompido o ciclo de crescimento (PIB) e tivesse a renda familiar per capita aumentado fortemente, ainda que sem alteração significativa do padrão de distribuição.

A tabela 1 abaixo fornece alguns dos resultados dos cálculos efetuados com base neste cenário, comparando-os com os valores prováveis para 1990, resultantes da interrupção do crescimento desde 1981 (ver igualmente Tabelas 2 e 3 no fim deste texto).

TABELA 1	1970	1980	1990 cenário	1990 provável
Nº de FAMILIAS POBRES (em milhões)	9.5	5.4	4.3	7.9
RENDIA FAMILIAR PC DAS FAMILIAS POBRES (em mult. de sal. min.)	0.60	0.65	0.85	0.65

nota: - são definidas como pobres aquelas famílias cuja renda é no máximo igual a um salário mínimo;

- os valores da coluna cenário são uma estimativa para o ano 1990 com base em hipótese de crescimento acelerado da renda familiar;
- os valores da coluna intitulada "provável", são uma estimativa para o ano de 1990, com base nas tendências indicadas pelos levantamentos estatísticos referentes ao final da atual década.

Ainda que mantido o nível de concentração e havendo aumentado a população, os resultados do cenário mostram que no final da década o contingente de pobres teria se reduzido em relação a 1980, o número de famílias pobres em 1990 alcançaria 4.3 milhões, 10.8% do total de famílias ou ainda, cerca de 20 milhões de pessoas ( se considerarmos que as famílias pobres são igualmente as maiores). Ademais, os resultados indicam que esta redução seria acompanhada de um aumento da renda média destas famílias.

O que ao contrário está ocorrendo, e muito provavelmente se poderá documentar (a posteriori) em 1990, será um acréscimo do número de famílias pobres (+ 2.3 milhões) com um nível de renda praticamente inalterado, relativamente a 1980.

Em outras palavras, apesar do aumento populacional, o crescimento acelerado sem distribuição na década de oitenta teria reduzido em 25% o número de famílias pobres existentes em 1980, enquanto que a quasi-estagnação econômica sem redistribuição aumentou este número em mais de 40%.

Se fossemos atribuir um custo social a "década perdida", este seria, em termos de pobreza, de 3.6 milhões de famílias (= 7.9 - 4.3), entre 15 e 20 milhões de pessoas".

Tabela 2

	SELEÇÃO DE INDICADORES				
	1970	1980	1990*	70/80 %	80/90 %
POPULAÇÃO milhões	94.1	121.0	148.9	30	23
FAMILIAS	18.6	26.8	38.7	44	44
PIB bilhões de cr\$/1980	4516	10081	22504	123	123
RENDA FAMILIAR	2505	6613	14750	164	123
RENDA FAMILIAR pc/mês em mult. de sol.mínimo	0.54	1.10	1.99	104	81

fonte: Censo Demográfico 1970 e 1980. 1990 estimativa própria.  
 (\*) o cenário de crescimento para 1990 fez a hipótese de que a renda familiar total iria crescer ao mesmo ritmo do PIB na década de setenta.

Tabela 3

CLASSES	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMILIAS E DA RENDA POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR ( em % )					
	FAMILIAS			RENDA		
	1970	1980	1990*	1970	1980	1990*
até 1 sm	51.4	20.5	10.8	11.6	2.5	1.1
1 a 2 sm	21.4	23.0	19.0	11.2	6.1	3.5
2 a 5 sm	18.8	31.6	35.8	24.7	20.9	17.8
5 a 10 sm	5.7	14.6	17.0	15.0	19.3	15.9
10 a 20 sm	1.8	7.0	14.0	10.5	19.9	27.8
mais 20 sm	0.9	3.3	3.4	27.0	31.2	33.8
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
GINI				0.632	0.596	0.590

fonte:idem

A N E X O S

## ANEXO

TABELA 1 (fonte PNAD 1987,RJ)	LOCALIZAÇÃO, IDADE, CARTEIRA e CONTRIBUINTE INPS			
	URBANO	RURAL	HOMEM	MULHER
<b>URBANO</b>				
1-(freq. em milhares)			<b>3181</b>	<b>1891</b>
2-(rend. medio, em mult.sal. min.)			5.2	2.8
3-(coef. de variação)			1.9	1.7
<b>RURAL</b>				
1-			<b>305</b>	<b>111</b>
2-			2.2	1.1
3-			1.2	1.3
=====				
<b>10-19 ANOS</b>				
1-	<b>508</b>	<b>75</b>	<b>370</b>	<b>213</b>
2-	1.0	0.9	1.1	0.9
3-	0.8	0.6	0.8	0.8
<b>20-39 ANOS</b>	<b>2881</b>	<b>216</b>	<b>1938</b>	<b>1159</b>
	4.0	2.0	4.5	2.8
	1.4	1.1	1.4	1.4
<b>40-59 ANOS</b>	<b>1591</b>	<b>113</b>	<b>1096</b>	<b>608</b>
	5.8	2.3	6.9	3.3
	2.1	1.3	2.1	1.8
<b>60 + ANOS</b>	<b>93</b>	<b>11</b>	<b>82</b>	<b>22</b>
	4.3	2.5	4.8	1.8
	1.8	1.5	1.7	1.6
=====				
<b>CARTEIRA ASSINADA</b>	<b>2590</b>	<b>151</b>	<b>1857</b>	<b>883</b>
	4.6	2.2	5.1	3.2
	1.6	1.1	1.6	1.4
<b>s/CARTEIRA</b>	<b>2483</b>	<b>264</b>	<b>1629</b>	<b>1119</b>
	3.9	1.7	4.7	2.3
	2.4	1.4	2.4	2.0
=====				
<b>CONTRIBUINTE INPS</b>	<b>3382</b>	<b>181</b>	<b>2430</b>	<b>1133</b>
	5.4	2.7	5.9	3.9
	1.8	1.1	1.8	1.5
<b>N-CONTRIBUINTE</b>	<b>1691</b>	<b>234</b>	<b>1056</b>	<b>869</b>
	2.1	1.2	2.6	1.2
	1.7	1.2	1.6	1.3
=====				
<b>TOTAL</b>	<b>5073</b>	<b>415</b>	<b>3486</b>	<b>2002</b>
	4.3	1.9	4.9	2.7
	2.0	1.3	2.0	1.7

TABELA 1 (CONT.)	POSICÃO NA OCUPAÇÃO E OCUPAÇÃO			
	URBANO	RURAL	HOMEM	MULHER
<b>ASSALARIADO</b>	<b>3903</b>	<b>317</b>	<b>2726</b>	<b>1495</b>
	4.2	1.7	4.7	2.8
	1.6	1.2	1.6	1.5
<b>TRAB. AGRICOLA</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>5</b>
	1.0	1.0	1.1	0.8
	0.5	0.4	0.3	0.6
<b>AUTONOMO</b>	<b>950</b>	<b>77</b>	<b>567</b>	<b>461</b>
	2.9	2.0	3.8	1.7
	1.7	1.1	1.5	1.7
<b>EMPREGADOR</b>	<b>214</b>	<b>11</b>	<b>183</b>	<b>41</b>
	12.3	8.2	12.1	12.1
	2.1	0.6	2.2	1.2
=====				
<b>TRAB. AGRICOLA</b>	<b>50</b>	<b>11</b>	<b>148</b>	<b>13</b>
	1.4	1.2	1.3	0.9
	0.9	0.6	0.7	0.6
<b>N-QUALIF. IND. &amp; CONSTR.</b>	<b>826</b>	<b>100</b>	<b>333</b>	<b>595</b>
	1.2	0.8	1.4	1.0
	1.0	0.8	1.1	0.8
<b>N-QUALIF. COM. &amp; SERV.</b>	<b>1259</b>	<b>62</b>	<b>866</b>	<b>454</b>
	2.4	2.1	2.8	1.6
	1.3	1.0	1.3	0.9
<b>QUALIF. IND. &amp; CONSTR.</b>	<b>1018</b>	<b>57</b>	<b>860</b>	<b>214</b>
	2.7	2.2	3.0	1.5
	0.9	0.8	0.8	0.9
<b>TECN. ESCRIT., PROFESS.</b>	<b>832</b>	<b>24</b>	<b>372</b>	<b>484</b>
	4.5	2.9	5.3	3.9
	1.1	0.7	1.1	0.9
<b>QUALIF. COM. &amp; SERV.</b>	<b>394</b>	<b>8</b>	<b>342</b>	<b>60</b>
	5.4	1.7	5.7	3.5
	1.2	0.8	1.0	2.2
<b>PROPRIETARIOS, ADMIN.</b>	<b>437</b>	<b>49</b>	<b>391</b>	<b>95</b>
	12.1	4.1	11.7	9.6
	1.7	1.1	1.9	1.2
<b>TRAB. NIVEL MEDIO &amp; SUP.</b>	<b>257</b>	<b>4</b>	<b>174</b>	<b>87</b>
	14.4	8.0	16.8	9.5
	0.9	0.8	0.9	0.7

TABELA 2	CARTEIRA, CONTRIBUINTE INPS e POS. na OCUPAÇÃO			
	IDADE: (anos)	10-19	20-39	40-59
CARTEIRA ASSINADA	<b>147</b>	<b>1816</b>	<b>759</b>	<b>18</b>
	1.4	4.1	6.0	4.9
s/CARTEIRA	<b>437</b>	<b>1280</b>	<b>945</b>	<b>86</b>
	0.5	1.3	1.7	1.6
	0.9	3.5	5.3	4.0
	0.9	1.6	2.6	1.8
=====				
CONTRIBUINTE INPS	<b>155</b>	<b>2204</b>	<b>1166</b>	<b>39</b>
	1.4	4.6	7.0	7.1
	0.5	1.3	2.0	2.3
N-CONTRIBUINTE	<b>429</b>	<b>894</b>	<b>538</b>	<b>65</b>
	0.9	2.1	2.6	2.4
	0.9	1.7	1.5	1.8
=====				
ASSALARIADO	<b>530</b>	<b>2502</b>	<b>1143</b>	<b>46</b>
	1.0	3.8	5.9	3.2
	0.7	1.4	1.7	1.7
TRAB. AGRICOLA	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	-
	1.0	1.1	0.8	-
	0.5	0.3	0.6	-
AUTONOMO	<b>46</b>	<b>486</b>	<b>448</b>	<b>48</b>
	0.7	3.0	2.8	3.3
	1.2	1.9	1.2	1.9
EMPREGADOR	<b>3</b>	<b>101</b>	<b>110</b>	<b>10</b>
	3.4	10.2	14.1	12.6
	0.5	1.1	2.4	1.0
=====				
TOTAL	<b>584</b>	<b>3096</b>	<b>1704</b>	<b>104</b>
	1.0	3.9	5.6	4.1
	0.7	1.5	2.2	2.2

fonte: PNAD 1987,RJ.

TABELA 2 (CONT.)	OCUPAÇÃO			
	IDADE: (anos)	10-19	20-39	40-59
TRAB. AGRICOLA	<b>43</b>	<b>73</b>	<b>38</b>	<b>7</b>
	0.9	1.4	1.3	1.0
	0.6	0.7	0.7	0.4
N-QUALIF. IND. & CONSTR.	<b>194</b>	<b>467</b>	<b>248</b>	<b>17</b>
	0.7	1.3	1.2	0.6
	0.7	1.0	0.8	0.9
N-QUALIF. COM. & SERV.	<b>145</b>	<b>720</b>	<b>427</b>	<b>28</b>
	1.1	2.4	2.7	2.8
	0.6	1.4	0.9	1.9
QUALIF. IND. & CONSTR.	<b>91</b>	<b>606</b>	<b>362</b>	<b>15</b>
	1.2	2.8	2.9	2.6
	0.6	0.8	0.9	1.9
TECN. ESCRIT., PROFESS.	<b>47</b>	<b>596</b>	<b>205</b>	<b>10</b>
	1.5	4.1	6.2	6.6
	0.7	1.0	1.1	1.5
QUALIF. COM. & SERV.	<b>50</b>	<b>244</b>	<b>102</b>	<b>5</b>
	1.1	5.0	8.4	2.9
	1.1	0.9	1.1	1.1
PROPRIETARIOS, ADMIN.	<b>11</b>	<b>230</b>	<b>230</b>	<b>15</b>
	1.8	9.2	13.9	10.1
	0.8	1.1	1.9	1.2
TRAB. NIVEL MEDIO & SUP.	<b>3</b>	<b>160</b>	<b>92</b>	<b>7</b>
	3.0	12.6	18.1	9.4
	0.5	0.9	0.8	1.0



TABELA 3  
(fonte: PNAD 1987,RJ.)

	CARTEIRA e POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	CARTEIRA s/CARTEIRA		CONTRIB.	N-CONTRIB
<b>CARTEIRA</b>			<b>2727</b>	<b>14</b>
			45	1.2
			1.6	0.4
<b>s/CARTEIRA</b>			<b>836</b>	<b>1911</b>
			7.7	2.0
			1.9	1.7
=====				
<b>ASSALARIADO</b>	<b>2740</b>	<b>1478</b>	<b>3082</b>	<b>1135</b>
	4.5	-	4.8	1.9
	1.6	-	1.6	1.7
<b>TRAB. AGRICOLA</b>	-	<b>16</b>	<b>0.7</b>	<b>15</b>
	-	1.0	2.0	1.0
	-	0.4	-	0.4
<b>AUTONOMO</b>	-	<b>1029</b>	<b>294</b>	<b>734</b>
	-	2.9	5.1	2.0
	-	1.7	1.3	1.7
<b>EMPREGADOR</b>	-	<b>225</b>	<b>184</b>	<b>41</b>
	-	12.1	13.6	5.6
	-	2.0	2.0	0.8
=====				
<b>TOTAL</b>	<b>2740</b>	<b>2748</b>	<b>3563</b>	<b>1925</b>
	4.5	3.7	5.3	2.0
	1.6	2.4	1.8	1.7

TABELA 3 (CONT.)

	OCUPAÇÃO			
	CARTEIRA s/CARTEIRA		CONTRIB.	N-CONTRIB
<b>TRAB. AGRICOLA</b>	<b>41</b>	<b>120</b>	<b>36</b>	<b>125</b>
	1.5	1.1	1.7	1.1
	0.8	0.6	0.8	0.5
<b>N-QUALIF.IND. &amp; CONSTR.</b>	<b>272</b>	<b>655</b>	<b>310</b>	<b>616</b>
	1.5	1.0	1.6	0.9
	0.8	1.0	1.0	0.8
<b>N-QUALIF.COM. &amp; SERV.</b>	<b>747</b>	<b>572</b>	<b>901</b>	<b>420</b>
	2.3	2.5	2.6	1.9
	0.9	1.6	1.0	2.0
<b>QUALIF. IND. &amp; CONSTR.</b>	<b>557</b>	<b>518</b>	<b>683</b>	<b>392</b>
	3.1	2.3	3.2	1.9
	0.8	0.9	0.8	0.8
<b>TECN. ESCRIT.,PROFESS.</b>	<b>631</b>	<b>225</b>	<b>769</b>	<b>87</b>
	4.4	4.7	4.7	2.6
	1.1	1.1	1.0	1.8
<b>QUALIF. COM. &amp; SERV.</b>	<b>137</b>	<b>265</b>	<b>236</b>	<b>166</b>
	5.6	5.3	6.0	4.5
	1.3	1.1	1.1	1.2
<b>PROPRIETARIOS, ADMIN.</b>	<b>184</b>	<b>302</b>	<b>392</b>	<b>94</b>
	12.4	10.7	13.0	4.3
	1.2	2.1	1.7	1.2
<b>TRAB. NIVEL MEDIO &amp; SUP.</b>	<b>171</b>	<b>91</b>	<b>236</b>	<b>25</b>
	14.9	13.3	15.0	8.1
	0.9	1.0	0.9	1.1

TABELA 4  
(fonte: PNAD 1987,RJ)

	ASSALAR.	OCUPAÇÃO		EMPREGADOR
		TR. AGRIC.	AUTONOMO	
TRAB. AGRICOLA	138	16	7	-
	1.2	1.0	2.3	-
	0.7	0.4	0.7	-
N-QUALIF.IND. & CONSTR.	709	-	217	-
	1.1	-	1.1	-
	0.8	-	1.4	-
N-QUALIF.COM. & SERV.	1002	-	317	-
	2.1	-	3.1	-
	0.9	-	1.6	-
QUALIF. IND. & CONSTR.	740	-	335	-
	2.8	-	2.4	-
	0.8	-	0.4	-
TECN. ESCRIT.,PROFESS.	822	-	34	-
	4.5	-	5.1	-
	1.1	-	1.3	-
QUALIF. COM. & SERV.	368	-	35	-
	5.4	-	5.3	-
	1.1	-	1.4	-
PROPRIETARIOS,ADMIN.	212	-	52	222
	12.8	-	2.7	12.0
	1.3	-	1.3	2.1
TRAB. NIVEL MEDIO & SUP.	227	-	31	3
	14.5	-	12.2	22.2
	0.9	-	1.1	0.9
<b>TOTAL</b>	<b>4218</b>	<b>16</b>	<b>1028</b>	<b>225</b>
	4.0	1.0	2.9	12.1
	1.7	0.4	1.6	2.0

183. TAUILLE, José Ricardo. Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183).
184. LIMA, Fernando Carlos G.de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184)
185. FERRAZ, João Carlos. A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185).
186. TIGRE, Paulo Bastos. How Does Latin America Fit Into High Technology?. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186)
187. RUSH, Howard J. Manufacturing Strategies and Government Policies. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187)
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188)
189. PENA, Maria Valéria Junho. O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189)
190. TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do Autoritarismo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190)
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191)
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192)

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chamí. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TELXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chamí. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 93
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O Imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43
201. FIORI, José Luís. Sonhos prussianos, crises brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 201) 59
202. MEDICI, André Cezar. Urbanização e Estrutura Ocupacional: Alternativas metodológicas para uma investigação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 202) 64
203. MELO, Luís Martins de. O programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional - PADTEN - (1973 - 1988). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 203) 34
204. SALGADO, Lucia Helena. As propostas de coordenação monetária internacional de Keynes; a institucionalidade ausente de uma economia monetária de produção. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 204) 50

205. LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernardo B. de. Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 205) 58
206. FIGUEIREDO, José Bernardo. Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 206) 72
207. MEDEIROS, Carlos. Reestruturação industrial e conflito distributivo na economia italiana. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 207) 42
208. BATISTA, Jorge Chamí e PAULA, Germano Mendes de. Avaliação e perspectivas tecnológicas das empresas estatais produtivas: o caso do setor siderúrgico. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 208) 67
209. FIORI, José Luís. Para uma crítica da teoria do Estado Latinoamericano. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 209) 61
210. PROENÇA, Adriano e CAULLIRAUX, Heitor Mansur. Desintegração integrada: um novo padrão de organização da produção? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 210) 38
211. HAGUENAUER, Lia. Competitividade: Conceitos e medidas. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 211) 38
212. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes and the long period. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 212) 27
213. BURLANZI, Leonardo. História, Política e Organização do Capitalismo em Keynes. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 213) 59
214. PAIVA, Vanilda. Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão da Bibliografia Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 214) 74
215. FIORI, José Luís. Ética e política: uma nota apressada. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 215) 14
216. FAVERET FILHO, Paulo e OLIVEIRA, Pedro Jorge de. A Universalização excludente (Reflexões sobre as tendências do sistema de saúde). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 216) 47

Nº de páginas

217. PROCHNIK, Victor e LISBOA, Marcos de Barros. Política Industrial para Setores Tradicionais: O Caso do Complexo Textil Brasileiro. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 217). 31
218. PENA, Maria Valéria Junho. Política e População: Alguns Dados Sobre um Estado de Duas Caras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 218). 22
219. FABRIANI, Carmen B. Por uma política de conservação da natureza: o desafio de Petropolis. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 219). 58
220. BALL, Michael. The built environment and the question. Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 220). 41
221. MASSEY, Doreen. Uneven Development and Spatial Division of Labour: The British Experience. Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 221). 18
222. PICCINATO, Giorgio. I Difficili Rapporti fra Urbanistica e Realtà Nei Paesi Economicamente Avanzati. Série Seminário Internacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 222). 19
223. PURLAMAQUI, Leonardo. Condicionantes Sócio-Políticas e Política Industrial na Coréia do Sul: Uma Avaliação Preliminar. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 223). 33
224. FIGUEIREDO, José B.B. de e SILVA, Nelson do Valle. Uma projeção demográfica para o Brasil e suas regiões. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 224). 36
225. HAGUENAUER, Lia. Competitividade no complexo químico nacional - primeira aproximação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 225). 26
226. VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. Política social e transição democrática: o caso do INMATS. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 226). 69
227. FIGUEIREDO, José B.B. de. Uma tentativa de decomposição da desigualdade social através do coeficiente de Gini. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 227). 32

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ



Autor  
FIGUEIREDO, JOSE BERNARDO BURLE DE.

TENTATIVA DE DECOMPOSICAO DA DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVES DO COEFICIENTE DE GINI.

N.º Chamada	S UFRJ/IEI TD227	
N.º Registro	034065-0 FEA	
FEA-UFRJ		BOLSO/LIVRO
<p>Efetue a devolução na data prevista, para benefício de todos os usuários.</p> <p>Obs.: O prazo de empréstimo poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.</p>		